"Toda Vida Produz Conhecimento": Entrevista com Maria Sueli Rodrigues de Sousa

MARIA SUELI RODRIGUES DE SOUSA[1]
Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina (PI). Brasil.

Numa manhã do começo de 2022, a professora Maria Sueli Rodrigues de Sousa concedeu generosa entrevista aos organizadores deste dossiê. Mesmo em momento delicado individual e coletivamente, Sueli fez dessas mais de duas horas de boa prosa um pequeno espaço de afetos, trocas e utopias, dando nó naquilo que marca sua trajetória: em um país marcado por desigualdades e violências, não há pesquisa acadêmica séria

1 Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4611-2262

sem comprometimento com a justiça social. Não há pesquisa e justiça sem vida, nas suas múltiplas formas.

Sueli Rodrigues é socióloga e doutora em Direito. Professora da UFPI, tem uma longa estrada como educadora, pesquisadora e assessora jurídica dos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente o quilombola. Também foi presidenta da Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Piauí, criada pela OAB, liderando o projeto de reconhecer Esperança Garcia como primeira advogada do estado. Por onde passou, Sueli formou estudantes, juristas, líderes sociais e cidadãos. A entrevista é uma conversa-registro de parte da sua trajetória e produção intelectual. De nós, um agradecimento por sua sublime vida.

Marcos Queiroz: Para aquecer os motores, professora, gostaríamos de ouvir você falando da sua trajetória pessoal, acadêmica e política, especialmente os desafios de pesquisar a questão racial dentro do direito.

Sueli Rodrigues: Bom, eu nasci na roça, numa comunidade rural chamada Saco da Ema. Até então eu achava que a gente não tinha nenhum problema. Mas a minha vó, que me criou, botou na cabeça que a gente tinha que estudar. Fui estudar com 7 anos, aliás, ia fazer 8. Nesta época, trabalhava numa casa que não me pagava e tinha uma criança da minha idade. Lá, eu fazia tudo e sinto isso como minha experiência de injustiça. Porque a menina estudava comigo e ela era tratada como criança, e eu não. A única felicidade era quando eu voltava pra casa. Minha avó insistia muito pra eu estudar. Fazia tudo que ela mandava, ia pra roça com ela e estudava. Quando eu terminei o ginásio, na cidade não tinha segundo grau. Fiquei chorando pra minha avó, "como eu vou estudar?". O meu pai tinha ido embora na seca de 70. Morava em Roraima. Não sei como, minha avó comprou uma passagem aérea e eu fui pra Boa Vista. Quando cheguei lá, era uma falta tremenda e, com isso, fui procurar emprego. Estudava à noite, curso profissionalizante, formando-me em auxiliar de escritório. Com tudo isso, eu não tinha estudado física, matemática, biologia e nem química.

Logo depois, voltei para o Piauí de novo, porque lá não tinha universidade. E eu queria muito fazer Agronomia. Tentei a primeira vez, não deu certo. Como era boa na escrita, fiz vestibular no ano seguinte pra Letras. Quando eu fui me matricular, só tinha uma disciplina à noite. Fiquei pensando que eu não ia terminar esse curso nunca. Dois anos depois um colega

me disse que tinha uma escola contratando, fiz o teste e comecei a dar aula de português. Nessa época, entrei no PT e no movimento de mulheres. Eu achava que o curso de Letras era um curso que não contemplava as pautas políticas e resolvi tentar Ciências Sociais. Passei em primeiro lugar [risos]. Eu fiz o curso em 3 anos e já dava aula em três escolas importantes, ganhando o suficiente pra ajudar os meus avós e as minhas irmãs.

Eu era muito apaixonada por natureza, porque era o ambiente em que eu me encontrava. Quando eu fui fazer mestrado, eu continuei neste tema porque eu estava trabalhando numa ONG na Serra da Capivara. Fiz uma dissertação chamada "Imaginário Social do Semiárido". Até então eu não percebia que as pessoas atingidas pela administração do parque eram negras. Por que que eu escolhi esse tema? Porque eu via cada pessoa criando gado, plantando milho, plantando arroz, feijão, que não era propício para um lugar que não chovia em abundância. Queria entender como esse imaginário tinha se formado. Na pesquisa, eu topei com um conflito entre o povo e a administração do parque. Com isso, quis mudar de tema e minha orientadora disse que não dava. Fiz uma proposta de tese pro doutorado sobre este conflito. Por quê? Porque na época eu estava trabalhando para uma ONG da Alemanha que financiava projetos no Brasil. No projeto, eu incluía o Piauí, a região norte toda e São Paulo. Para fazer doutorado, no Nordeste só tinha Pernambuco. Eu passei um ano tentando ver como era que se comportava e concorri pra lá. Mas não deu certo. Peguei o mesmo projeto e apresentei na UnB. Foi neste momento que percebi que o povo atingido pelo parque era negro. Mas, trabalhando com Habermas, orientada pelo Menelick[2], como eu ia mudar? [risos]. Terminei o doutorado e fiz o concurso da UESPI, em seguida fiz o da UFPI. A UESPI era 20 horas e no interior. Acabei assumindo nesta universidade e no ano seguinte eu fui chamada pra UFPI. Já tinha uma pauta de pesquisa. Comunidades quilombolas, que foi a primeira parte do DIHUCI, grupo que coordeno, "Direitos Humanos e Cidadania".

Esta era a pauta. No Rio Parnaíba, queriam construir 5 barragens. O rio já totalmente detonado. Fiz uma viagem com o Bispo[3], ladeando do lado

2 Menelick de Carvalho Netto, professor de direito constitucional e teoria do direito da Universidade de Brasília.

3 Nêgo Bispo, morador do Quilombo Saco-Curtume, localizado no município de São João do Piauí, liderança do movimento social quilombola e dos movimentos de luta pela terra, atuando na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). É também integrante da rede de mestres e docentes da Universidade de Brasília

do Piauí todo o rio a partir de Teresina. E a gente ia conversando com as pessoas. Aí eu disse, puxa vida, é tudo negro. Não tem uma pessoa branca atingida. Nesse momento, era pra fazer parar as barragens. Eu falei um tempo desse com o Bispo: a gente lutou tanto, porque denunciamos para o MPF, MPE, IPHAN. No IPHAN tinha uma pessoa com muita sensibilidade, um historiador, que entrou na justiça exigindo reparação. Foi 5 vezes para leilão e nenhum empresário botou proposta. Entramos também no judiciário federal, que autorizou plenamente o, a feitura das barragens. Inclusive com um professor da UFPI, que é juiz, entre aspas, meu colega. Eu dizia para o Bispo numa mesa que a gente gastou tanto tempo e não deu em nada. E ele respondia: como assim não deu em nada? Aquela ressalva do IPHAN foi providencial.

Neste processo, chamaram-me para o ÌFARADÁ, Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência da UFPI. Traçando a pauta quilombola. Desde então eu tenho me afastado mais do meio ambiente e tenho me inserido mais na pauta de negritude. Aconteceu que eu fui convidada para ser a presidenta de uma Comissão da Verdade da OAB, com a Andreia Marreiro de vice. Nós só tínhamos um projeto: Esperança Garcia. Inspiradas pelo filme "Uma mulher chamada Esperança", sobre ela, feito no Piauí, a gente preparou o dossiê e convencemos a OAB de torná-la a primeira advogada do Piauí. A gente queria do Brasil. Mas o povo daqui não quis levar. Tem uma turma de São Paulo que quer levar a pauta pra OAB. Mas não sei se vai.

Desde então eu sou a pessoa única com esse engajamento no meu departamento, não faço parte do mestrado em Direito, faço parte do mestrado em Sociologia e Gestão Pública. Temos aqueles dissabores: você é odiado por todo mundo. Assim, eu assumi a pauta da negritude quando eu cheguei na UFPI com pesquisa. Mas depois eu passei a levá-la para a Sociologia Jurídica e interceder no Direito Ambiental e no Direito Agrário. Acho que falei demais [risos].

Marcos Queiroz: Excelente, professora! Dentro desse contexto, você poderia falar um pouco sobre sua construção teórica e política como pesquisadora, a exemplo do seu último livro, *Vivências constituintes, sujeitos desconstitucionalizados*[4]?

4 SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Vivências constituintes – sujeitos desconstitucionalizados. Teresina: Avante Garde Edições, 2021.

Minha avó morreu e eu não tinha terminado o meu primeiro curso, Ciências Sociais. Ela era muito sabia. Entendia tudo. Das árvores. Da terra. Quando ela morreu, eu estava fazendo Ciências Sociais. Porque eu trouxe minhas irmãs tudo pra estudar. Eu nunca pensei que eu fosse ser uma teórica. Eu fiz a seleção do mestrado em educação, que logo em seguida tirou zero pela terceira vez e foi descredenciado. Eu dava aula em cursinho e me chamaram para fazer uma revisão de literatura. Eu fui e, nesta época, tinha começado o Direito na UESPI. Quando eu falava que ia fazer o vestibular da UESPI, meus amigos de literatura em português falavam: "pra quê?". Eu tinha acabado de cancelar minha matrícula no mestrado em educação e era também sindicalista. Nós tínhamos muita dificuldade com advogado. Era um horror. E a gente procurava, procurava e ia trocando. Eu disse assim: de repente eu faço também. No vestibular da UESPI era só História, Geografia e Português, Literatura e Redação. Quando fui conferir as respostas, eu disse: "só pode estar tá errado [risos], acertei quase tudo!"

Nesse tempo, eu trabalhava com assentamento. Era um projeto do INCRA. Não tinha como cursar, pois curso era matutino. Fiz somente uma disciplina e as outras eu coloquei de outro curso. No segundo semestre, combinei com minha equipe para conseguir fazer duas disciplinas. No período seguinte, o INCRA estava atrasando muito e acabei entrando para o MEPE, que é Movimento de Educação de Base, espelhado no Paulo Freire. Teve uma seleção para o quadro fixo e eu passei. Na faculdade, meu histórico era todo o tempo como aluna de intercambio. Todo dia me perguntava: "que diabo é que eu quero com esse curso?" Havia um juiz que deu todas as cadeiras de Penal e eu me estranhei várias vezes com ele. Ele dizia: "essa aí vai já sair". E eu saía mesmo. Hoje ele é desembargador. No último ano eu já estava aprovada no mestrado de Meio Ambiente, mas eu ainda pensava assim: "eu não vou terminar esse curso. Uma porcaria. Eu não vou terminar". As minhas amigas falaram com cada um dos professores. Elas conseguiram com eles pra eu fazer só as provas. Foi desse jeito que eu me formei em Direito [risos]. Eu achava que eu não ia fazer nada de Direito e, além disso, fiquei muito empolgada com o mestrado. Pensava: "é essa linha que eu quero seguir". Aí me deu a louca quando me deparei com a Serra da Capivara. E me animei: "eu vou fazer isso no Direito". Porque o Direito não tem pudor de dar solução. E os outros cursos têm muito pudor.

Eu apresentei pra Brasília e acabei perdendo o emprego. Porque eu tinha que morar no Norte ou Nordeste. Vivi em Brasília a duras penas. Com uma bolsa da CAPES e o Menelick era coordenador do Programa. Nas orien-

tações, eu dizia: "professor, dia tal em não posso, eu vou fazer uma assessoria". Ele dizia: "não diga isso pra mim". "Eu vou mentir? Eu não consigo viver aqui com a bolsa da CAPES". Nessa época, fiz várias assessorias em Brasília. Eu já estava aprovada para um concurso para analista ambiental. Em 2007 me chamaram. Eu dizia isso na minha tese, eu fui empurrada pra pesquisa não porque eu quisesse, mas porque o mercado de trabalho me empurrou. Eu fui sentindo interesse durante o doutorado. E achava que a gente precisava dialogar. Porque a gente não dialoga. Só que essa parte eu fui entender depois. Eu disse na minha tese que houve uma ruptura da oralidade com a filosofia da consciência. Mas eu não explorei muito isso. Quando eu estava no Rio, ele chegou lá e disse: tem uma teórica dos Estados Unidos que tá dizendo que Hegel escreveu Fenomenologia olhando para a Revolução do Haiti. Eu fui ler. No Rio de Janeiro eu tinha uma bolsa, podendo orientar e dar aula. Mas infelizmente não tinha nada pra ensinar. Eu dizia assim: "foi o único descanso que eu tive na vida". Aproveitei e fui ler Hegel [risos]. Por que é que eu sofri tanto? essa porcaria. Foi quando eu fui entender: filosofia da consciência não é para dialogar. Eles rompem com a filosofia da oralidade porque eles não querem dialogar. Eles querem impor. Quem sobreviveu entrou na onda dele. Com muita resistência. Mas entrou na onda.

Eu, hoje, sou muito consciente que somos feitos de fé e emoção. Emoção por quê? Porque a gente é atacado todo tempo. Se eles apostassem na ciência, eles não iam olhar para a subjetividade. E eles olham tanto é porque é um ódio de nos atingir e todo o tempo eu me lembro que todo tempo eu via o xingamento na escola, na universidade, você não pode ser quem você quer ser. Você tem que seguir o roteiro deles. Enfim. O Hegel, diz assim: primeiro o ser humano achou que tinha espelho, depois ele viu que era subjetividade. Mas quem é a subjetividade é a objetividade. Então ele combina subjetividade com objetividade e você só sai se você tiver interesse. E interesse vem de onde? Vem das emoções, da subjetividade. Ele diz assim: como é feito? Primeiro você descobre o espelho. Depois você vê a subjetividade. Mas você anda pra frente, não em circular como era aqui na África. Você olha pra frente para a produção de riquezas. E não tem limite. Aí você gasta sua vida toda pensando que você é uma pessoa singular e achando que quanto mais riqueza você produzir, é melhor. Achamos que somos indivíduo, não moramos numa comunidade, achamos que a gente não deve nada para o nosso vizinho, o foco é a produção de riqueza e a gente anda linearmente. E tem mais! O amor romântico. Porque o amor romântico ele nunca combina com quem tá vivendo com você. Nunca, nunca combina. Dizem que o mito do amor romântico nasceu no romantismo. Eu digo não,

não foi no romantismo. Foi em Odisseia, quando a mulher do carinha que eu não me lembro o nome ficou desenhando uma coisa produzindo um tapete, e ela desmanchava à noite pra começar tudo no outro dia. Aí é o mito do amor romântico.

Quando a gente tá bem feliz, e não é o meu caso [risos], agora eu só saio se alguém me levar. Mas antes eu ia beber cerveja, ia pro shopping [risos] comprar um monte de besteira, é isso que nós somos. Lamentavelmente. Como é que eles mantêm isso? Pela memória coletiva. O Habermas fala em memória coletiva como se fosse algo aberto, mas não é. Veja quem é que manda nos meios de comunicação. Veja quem é que faz filme. Outro dia me indicaram um filme de um rapaz que fazia medicina. Eu fui assistir. Gostei muito do amor romântico. É um filme brasileiro. Aí a memória coletiva é totalmente controlada. Me diga, o que é que a gente vai pensar, o que é que a gente vai dizer e o que é que a gente deseja? É ter uma amiga? Que é freudiano. O desejo vem do inconsciente? Vem não, vem da nossa memória coletiva. A gente vai vivenciando na escola, na universidade, em todo lugar, até na mesa de bar. E eu acho que a gente deveria viver mais a mesa de bar. É onde a gente tem a liberdade de falar. Assim, a nossa memória coletiva é um desastre, porque a gente é alimentado por escolha da burguesia. Fanon diz: "a gente deseja o que o nosso opressor deseja". Como a gente vai mudar? Eu fiz uma fala outro dia já com essa voz [risos]. A menina negra falando de espírito. Gente, a gente foi tomado pela onda do espírito. Veja como a ancestralidade africana você cultuava um pé de árvore, um passarinho que tinha sido alimentado pelo seu ancestral. Agora pra gente tudo tem alma. E a gente acredita num deus só.

Fernanda Lima: A próxima pergunta é um pouco conceitual na sua trajetória, que é o conceito de etnodireito. Acompanhando nos últimos anos essa discussão sobre marco temporal como uma das disputas jurídicas mais importantes, protagonizadas por povos indígenas e quilombolas, e pensando no conceito de etnodireito que a senhora trabalha, eu fico me perguntando como a senhora enxerga as tensões existentes entre História e Direito que esse processo e esse tipo de disputa política e jurídica tem posto a nu, além dos desafios também que esse tipo de processo tem colocado pra construção de um etnodireito.

Sueli Rodrigues: Eu penso assim: cada comunidade, cada ser vivo constrói a sua comunidade política. Os cachorros fazem assim, os cachorros

são parentes. Os cachorros são o lobo domesticado. E ele não sabe o que fazer com os humanos. Eu gosto muito das ovelhas. As ovelhas não estavam no fórum do interior esperando o juiz. Ofereceram-me a sala da OAB. Eu não fui. Eu fui pra frente do fórum. As ovelhas estavam comendo um capinzinho. É isso que cada, cada vida faz. Tem a sua comunidade política. Como é que nasce o etnodireito? Nasceu eu lendo algumas coisas e apareceu o discurso de Renan[5]. Renan era francês e ele faz esse discurso no final do século XIX. Ele diz: o estado-nação não é etnia, não é religião, não é território, não são os interesses. Cada coisa que ele dizia eram as comunidades política que viviam naquele contexto. A Sônia Guajajara veio aqui e disse: "eu encontrei uma parente". E eu [risos] perguntei: "é a sua prima?". "Não, ela é uma Guajajara". Chamaram-me pra eu fazer a abertura de um congresso, o Congeafro. O título era: "quem precisa de identidade?". Eu disse: "eu preciso". Quando eu morava no Saco da Ema, eu não precisava. Eu era a menina do Saco da Ema. Eu era da minha comunidade. A vida que a gente leva na cidade, todo o tempo a gente precisa de identidade. Mas pensar que ninguém vive sem ninguém. Eu tenho curiosidade de saber por que a abelha rainha mata o zangão depois da cópula. Então, é pensar que o direito estatal é um, mas você conduz a sua vida com o direito que não necessariamente é o estatal. Isso, a Constituição da Bolívia e do Equador reconhecem isso. Então você não é uma pessoa aleatória, você não é um indivíduo, você faz parte da sua comunidade. E é nesse sentido, muito nesse sentido que eu penso o etnodireito. No entanto, com a empáfia das universidades ninguém ouve um trabalhador rural que saiba mais do seu território do que a pessoa da universidade. Então eu acho que a essa empáfia tem que ser revista. Quem produz conhecimento? Toda vida produz conhecimento. Foi? [risos].

Gabriela Barreto de Sá: Maravilha, professora. A gente acompanha a sua trajetória e fica evidente que ensino, pesquisa e extensão são três dimensões sempre bem entrelaçadas na sua trajetória acadêmica e sempre com uma politização, com marcadores muito específicos. Considerando isso, gostaríamos de saber como você enxerga o diálogo desse tripé, especialmente a extensão, com a história do direito, especialmente por este ainda ser um campo de grande eruditismo e fechamento intelectual.

5 Ernest Renan (1823-1892), escritor, filósofo e historiador francês, autor do texto.

Sueli Rodrigues: Pesquisa e extensão. Eu consigo imaginar que as universidades privadas não têm pesquisa nem extensão. Só tem ensino. E as públicas tem extensão da pior forma. É a universidade que vai ensinar pra comunidade como viver. E isso é um absurdo. Outra coisa é a pesquisa. Que é muito intitulada nas universidades públicas como sendo seu carro chefe. Repito: quem produz conhecimento é a vida, qualquer vida produz conhecimento. Essa história de ciência foi a forma de equiparar tudo. Porque se você não faz ciência pelo eurocentrismo, você não faz ciência. Aí é a forma de reduzir tudo. Eu penso assim e isso me deu muita autonomia. Quem produz conhecimento é toda vida. O mel que a abelha faz. Tem um documentário que as árvores conversam. Então toda vida produz conhecimento. Eu dizia isso para o Menelick e ele falava: "mas ninguém sabe o que uma formiga pensa". E eu respondia: "mas ela sabe". Por que que a gente tem que saber? Não é você que tem que saber. A forma de o capitalismo dominar foi pela ciência e o mercado. Se a gente fizesse a revolução que Marx queria, a gente repetiria tudo novamente. Por que eu acho que é tudo junto? Nas turmas de direito, em geral de 60 alunos, não é possível fazer esse diálogo. Mas no grupo a gente discute texto, a gente tira os entendimentos da gente e a gente pesquisa e faz extensão tudo junto. Nesse momento. No atual momento, tudo está muito complicado. Temos 3 projetos. Um projeto sobre constitucionalismo, que a gente queria pegar de todas as áreas. Aquilo que não é estudado como Direito Constitucional. Esse projeto tá parado. O Iago[6] vai defender no dia 26 e estamos com a esperança dele retornar. Um outro que eu fui convidada. A Secretaria de Educação foi para uma mesa. Ela é mestra em História. Ela contou a história dos brancos e, com isso, me convidou pra fazer pela memória a história dos pretos e dos indígenas. Também tá parado. Porque veio a pandemia e veio a minha doença. O que tá funcionando é a parceria com a Defensoria Pública do Maranhão e do Piauí. Escolhemos casos, as pessoas tão analisando e vão fazer entrevista com defensores públicos. Por que eu acho que é tudo junto? Quando você produz conhecimento, aquele conhecimento ele vai se afirmando quando você transmite. E você produzir conhecimento e não transmitir, fica em vão. E para transmitir você tem um diálogo que deveria ser da sala de aula. Eu costumo dizer: a filosofia da consciência chegou como assédio e ela permanece como assédio. Porque ela chegou para transmitir um pensamento

6 Iago Masciel Vanderlei, especialista em Direitos Humanos pela Especialização Esperança Garcia/Faculdade Adelmar Rosado – FAR (2020). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (2022).

religioso. Mas ela foi modelada pela família, pela escola e pela universidade. Eu acho que aqui, nessa cultura, primeiro vai ser da natureza. E depois é porque a gente não se comunica. Então eu penso que a sala de aula deveria ser um lugar que você externa a sua pesquisa e planeja o que vai fazer.

Gabriela Barreto de Sá: Muito obrigado pela resposta, professora. Dentro do debate sobre memória coletiva, relembramos um pouco que a luta pelo reconhecimento da história de Esperança Garcia é uma pauta dos movimentos negros do Piauí e um exemplo disso é justamente que no ano de 1999, a Lei 5.046, estabeleceu o dia 6 de setembro, que foi o dia da escrita da carta de Esperança Garcia, como o dia estadual da consciência negra. Assim, um momento de grande importância na sua trajetória foi a sua atuação enquanto presidenta da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Piauí que, como a senhora já mencionou anteriormente, culminou com o reconhecimento de Esperança Garcia como advogada pela OAB do Piauí. Então a gente queria ouvir um pouco como que a senhora avalia a importância e o impacto desse reconhecimento de Esperança Garcia como advogada para o campo do Direito.

Sueli Rodrigues: Como eu já disse, a memória coletiva tem que ser refeita, reconhecendo o protagonismo indígena e negro, do povo negro. Especialmente no Piauí. Por quê? É tudo mentira. Escravidão branda, a escravidão branda é porque as fazendas daqui eram da Coroa Real e viraram fazendas nacionais. Por que era branda? Porque os donos da terra não pisavam aqui. Quem mandava era os escravizados. Eles moravam na Bahia ou em Pernambuco. No filme dizem que Esperança aprendeu a ler com os jesuítas. Eu não acredito nisso. O próprio marido dela era mais velho do que ela, acho que 30 anos mais velho, e ele tinha alguma habilidade, porque os historiadores dizem que escravizado não tinha sobrenome. Ele era Inácio Garcia. Eu penso que a Esperança aprendeu a ler por outros meios. Agora, a gente olhando as Ordenações Filipinas, a gente vê que culmina com uma petição. O endereçamento tá correto, porque era endereçado ao rei. A luta pra tomar água. Era endereçada ao rei. O governador da província era o representante do rei. Por isso, ela endereçou a ele. E ela começa se apresentando, dizendo que é casada e tem muitos elementos religiosos. Mas a gente não pode esquecer o que eram as Ordenações Filipinas. Então ela ia atrás daquele que a protegesse.

Eu penso assim. Em todo lugar podemos encontrar o protagonismo das pessoas negras. Chamaram-me pra fazer uma fala num museu aqui. Eu

mudei completamente. Só tinha branco olhando. E eu fiz a fala dizendo: "quem construiu esse estado? Foi branco? Foi preto e indígena. Não foi branco que construiu". E a única imagem que tinha da pessoa negra era de animais sendo espancados na praça pública. A criança vem visitar esse museu e ela fica querendo entrar na água sanitária, porque não tem protagonismo nenhum. Penso que se a gente mudar a memória coletiva, contaríamos outra história e não essa história da Europa. Por que é que a gente estuda Idade Média? Por quê? Não faz sentido. Lamentavelmente, a gente não tem muito registro, porque trataram de apagar tudo. É um assédio, a gente é assediado todo o tempo.

Eu, por exemplo. Quando eu cheguei, quando eu passei no primeiro vestibular. Meu coração batia feito louca. Mudou o quê na minha vida? Eu perdi os conhecimentos da minha vó e fiquei aprendendo o que a Europa quer ensinar. Eu poderia ter sido muito mais feliz, talvez eu não soubesse dessa doença, mas eu teria sido muito feliz continuando a história da minha avó. Então, quando a gente vê Esperança Garcia, era pra animar, para que cada pessoa visse. Eu tenho um amigo, de São Raimundo Nonato, que, de uma Serra. Ele foi atrás da sua história e descobriu que era uma ex-escravizada que morreu lá. Então assim. Quem aposta na memória coletiva? Se a gente não mudar essa memória, a gente vai continuar desejando o que o opressor deseja. E eu penso assim. A Comissão da Verdade, até o ano passado, eu era secretaria nacional. Lá a gente apostou muito. Apostamos muito em mudar a memória coletiva. Mas ninguém tinha projeto. Eu dizia para o Adami[7], nada de pensar como eles. Eles pensam em vida passada, em vida futura. A minha mãe voltou de Roraima. Ela reza toda segunda-feira pelas almas. Nestes momentos, ela me chama e eu digo: "mãe, eu só vou rezar se a senhora rezar pelas almas da galinha que você comeu [risos]". Ela diz: "galinha não tem alma". "Por que é que nós temos? Se tem alma, toda vida tem alma. Se não tem, nenhuma vida tem". Eu gosto muito da proposta do constitucionalismo, o novo, latino-americano. Mas isso não muda. Só muda se a gente mudar a nossa memória coletiva.

Marcos Queiroz: Bom demais, professora, e já agradecendo, pois entraremos na última pergunta, que é mais livre. Neste 2022, diversas questões e impasses estão colocados, desdobramentos das crises sanitária, econômi-

7 Humberto Adami, advogado e ex-presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra (OAB). Conselheiro da OAB-RJ.

ca, política, eleições, Bicentenário da Independência, a revisão da lei de cotas nas instituições de ensino superior, ondas de negacionismo e revisionismo. Assim, gostaríamos que você contasse como você essa conjuntura e, particularmente, o papel da academia.

Sueli Rodrigues: Eu pensava assim, que a academia é um lugar imprestável. Mas eu mudei de ideia. Porque a gente conversando, a gente pode se encontrar. Se eu estivesse boa, eu ia me aposentar com 70. Porque eu não preciso do meu colega pra fazer nada. Eu preciso dialogar com estudante. Eu fiz o concurso para Teoria Geral do Direito e sempre tratei com uma teoria. Teoria não plural. Eu dava na primeira parte do positivismo, começando com Kelsen, e indo até Habermas, Luhmann, Dworkin e Alexy. E fazia a primeira prova. Depois vinham as teorias críticas. Vinha Marx, vinha pluralismo jurídico, vinha, o meu amigo, Warat, Roberto Lyra Filho. Então, eu mudei essa história. Eu comecei com Hegel. Dizendo, isso que o Hegel tá dizendo é mentira. Depois a gente passava para Quijano, o Kakozi, sobre filosofia africana e passava para o bem-viver do Alberto Acosta. Isso é a introdução. Aí eu terminava essa introdução dizendo assim: olha, todo mundo tem direito. Todo mundo tem rede. Eu citava o exemplo da abelha e das ovelhas. Começava, Kelsen, Bobbio, Hart, Dworkin, Habermas, Alexy, Luhmann. Depois vinham as teorias críticas.

Tem um texto que eu chamo, "Direito da palavra", que é como os povos africanos resolvem os seus conflitos. Trata-se da mesma coisa que eles estão chamando de Justiça Restaurativa. Até o mesmo passo. O primeiro passo é o conflito. Quando tem uma zona ativa. O segundo, a briga, a pena. O terceiro, como é que essa comunidade vai viver daqui pra frente com esse conflito e essa pena. E no final, todo mundo se compromete a não repetir aquele conflito. O que é que acontece no direito ocidental? Acontece que um conflito nunca é enfrentado. Por quê? Porque são outras pessoas que falam do conflito. Uma menina certa vez me disse: "eu sou a favor da pena de morte". "Não, menina. Você precisa é participar, porque quando você conversa a sua raiva vai reduzindo". Essa coisa de ter advogado, defensor público, Ministério Público e juiz, você tira totalmente a participação das partes. E eu penso que isso deveria estar acontecendo no curso de Direito. Por quê? Se até o CNJ descobriu isso, por que é que a gente não ensina em sala de aula?

E eu penso que é um resgate da filosofia da oralidade. Eu queria muito ter tempo pra fazer essa aposta. Porque na cultura ocidental não enfren-

tamos um conflito em lugar nenhum. Tem um exemplo em Roraima. Um irmão indígena matou outro irmão. O Ministério Público denunciou. Mas os indígenas já tinham feito um julgamento. Não precisava. Ele não vai fazer parte da etnia até ele mostrar de que se arrependeu de ter matado o irmão. Na segunda instância foi considerado o julgamento dos indígenas. E eu acho muito importante isso. Porque as prisões, depois dos anos 90, tem preto sobrando. Por que depois dos anos 90? Porque acabou a rivalidade entre capitalismo e socialismo. Com isso, eles acharam que aqueles indesejáveis deveriam todos irem para a prisão. Então eu penso que a academia tem muito pra ofertar. Desde que seja num pensamento diferente. Não repetindo o estudo de código, de lei. Uma mãe vem me dizer: "eu queria muito que minha filha tivesse passado na federal". Eu disse: "mulher, o curso de Direito, em qualquer lugar, é o mesmo". Eu penso que temos muito a fazer.

Marcos Queiroz: Pronto, professora. Agradecemos demais pela sua disponibilidade e brilhante entrevista, que é muito fundamental para o sentido que queremos dar ao dossiê. Estamos também emocionados em estar, nós três, com você hoje nesta manhã, começando esse ano tão decisivo. Honra, felicidade e prazer de poder te ouvir e, novamente, muito obrigado.

Sueli Rodrigues: Obrigada, Marcos.

Fernanda Lima: Eu só queria agradecer também, agradecer a aula que a senhora nos deu hoje, e a disponibilidade imensa assim, para o diálogo, acho que vai enriquecer muito o dossiê.

Sueli Rodrigues: Obrigada, Fernanda.

Gabriela Barreto de Sá: Também queria só agradecer pela sua lucidez, pela sua coragem, é sempre uma maravilha ouvir as suas análises, as suas reflexões, a sua trajetória, eu tenho certeza que foi uma manhã muito emocionante pra cada um de nós, na nossa trajetória, e é isso, queria mais dizer que a senhora, não duvide disso, que a senhora é uma referência de alegria, de beleza, de juventude, que essa doença não tira nada disso da senhora, que a senhora transmite vida, e coragem, e vontade de viver e construir reflexão, e foi isso que a gente viveu aqui essa manhã. Então, obrigada.

Sueli Rodrigues: Obrigada, Gabi. E obrigada por vocês passarem a manhã ouvindo uma voz arrastada [risos]. Muito obrigado.

Sobre a entrevistada:

Maria Sueli Rodrigues de Sousa | *E-mail:* mariasuelirs@ufpi.edu.br

É Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da mesma universidade. É Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência – IFARADÁ e do Grupo de Pesquisa Direitos humanos e Cidadania – DiHuCi. É Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (2009), com estágio pós-doutoral pelo PNPD – Programa Nacional de Pós-Doutorado, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc).

Sobre as entrevistadoras e o entrevistador:

Fernanda Lima da Silva | *E-mail:* ffernanda.slima@gmail.com

Doutoranda em Direito na Universidade de Brasília. Professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Pesquisadora do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação – CEDD/UnB; do Maré – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – UnB; e do Grupo Asa Branca de Criminologia (UNICAP/UFPE).

Marcos Queiroz | *E-mail:* marcosvlq@gmail.com

Doutorando em Direito na Universidade de Brasília, com sanduíche na Universidad Nacional de Colombia (Programa Abdias Nascimento). Pesquisador Fulbright na Duke University. Professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

Gabriela Barretto de Sá | *E-mail:* gabrielabsa@gmail.com

Professora da Universidade do Estado da Bahia, onde coordena o Projeto de Extensão "Coletivo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiz Gama". Doutora em Direito pela Universidade de Brasília. Doutorado Sanduíche no Population Studies Center/University of Pennsylvania, através do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento – CAPES. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É pesquisadora do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação – CEDD/UnB; do Maré – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – UnB; do RHECADOS – Hierarquizações étnico-raciais, Comunicação e direitos humanos (UNEB); e da RIMAS – Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido

Artigo convidado.